

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O estranhamento de torcer pelo Brasil sem vestir a camisa verde-amarela

Havia uma expectativa de que a Copa do Mundo de Futebol no Catar mudasse o clima político no país, mas ainda não é o que está acontecendo. Vamos ver se os jogos da nossa Seleção — que estreou com os pés de Richarlison fazendo dois gols, um dos quais uma pintura — contribuirão para criar um novo clima de diálogo e convivência, em que todos estejamos do mesmo lado, ao torcer pelo Brasil. Não vejo em ninguém um sentimento antipatriótico, de rejeição à Seleção Brasileira de Tite, mas também não vejo a mesma sensação de pertencimento e identidade com a camisa canarinho como em outras copas. É muito esquisito!

Talvez o Catar fique longe demais, a maioria conhece muito pouco esse Emirato, que é considerado o país mais rico do mundo. Protetorado britânico, após a queda da Império Otomano, o Catar é governado há 150 anos pela mesma família, que manteve o poder com mão de ferro após a independência, em 1971. Petróleo, gás e alumínio garantem ao país receitas muito superiores ao que gasta com importações, principalmente de bens de consumo, de alimentos, que o deserto não oferece, de carros de alto luxo.

Doha, a capital, é uma das cidades mais modernas do mundo, com seus prédios altíssimos e arrojados, fruto de uma política cujo objetivo é transformar o Emirato num polo turístico, comercial e financeiro. O velho conceito de Peter Ducker, de que as cidades devem ser boas para morar, trabalhar e visitar, simultaneamente, deve ter inspirado a modernização da cidade, considerada uma das mais seguras do mundo.

O Catar é um dos países com os quais o presidente Jair Bolsonaro conseguiu manter relações bem amistosas. Havia uma forte conexão entre a autocracia local e o projeto iliberal bolsonarista, que acabou derrotado nas urnas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Obviamente, não tem sentido romper os laços comerciais e econômicos que foram estabelecidos na visita de Bolsonaro aos Emiratos, mas nosso rumo político tem outros paradigmas, cujo eixo é o Estado democrático e não o direito divino ditado pelo Alcorão.

Vale a pena examinar melhor o contexto em que a Copa se realiza. O Catar está entre os países do Oriente que se lançaram arrojadamente na globalização, sendo um dos líderes da corrida mundial para reinventar o Estado de forma a torná-lo mais eficiente e produtivo, tendo como modelo o capitalismo de Estado de Cingapura. O fato de ser uma monarquia autoritária, com grande disponibilidade de recursos, facilita muito as coisas. Entretanto, não pode servir de paradigma para nós.

Somos um país democrático do Ocidente, com uma população muito mais numerosa e território de dimensões continentais. Nossa sociedade não segue rígidos padrões de comportamento ditados por dogmas religiosos, como é o caso das sociedades muçulmanas. Além disso, o Catar tem uma espécie de apartheid, no qual os trabalhadores estrangeiros não têm os mesmos direitos que os demais cidadãos do ponto de vista social. Um abismo social separa a elite árabe dos trabalhadores estrangeiros, entre os quais indianos, malaio, nepaleses e coreanos.

Todos juntos

A Copa no Catar vai desnudar essas duas realidades para o mundo, com certeza. Mas também há um abismo social entre aqueles que estão lá, assistindo aos jogos nos seis magníficos estádios construídos para o torneio, e os milhões e milhões de torcedores brasileiros que veem os jogos pela tevê e pelas redes sociais. Obviamente, a imprensa ocidental não se limitará à cobertura esportiva, mostrará o outro lado da realidade do país que tem a maior renda per capita do mundo.

Mas, voltando ao futebol, vamos ver se a vitória do Brasil de 2 x 0 contra Sérvia fará a torcida brasileira pegar no tranco. Como disse, é sensação ainda é muito estranha, por causa da polarização política existente e pelo fato de a camisa da Seleção Brasileira ter virado uma espécie de uniforme da extrema direita bolsonarista, que protesta à frente dos quartéis, e dos caminhoneiros que bloqueiam as estradas.

Ontem, no primeiro jogo do Brasil, era nítida a preocupação dos que ganharam as eleições com o fato de que poderiam ser confundidos com os derrotados, por causa do uniforme canarinho. Na década de 1970, a Seleção Brasileira era uma unanimidade, mas o “pra frente Brasil”, slogan da equipe, foi usado pelo regime militar para estigmatizar a oposição como antipatriótica, na base do “ame-o ou deixe-o”.

Não é o caso agora. Muitos deixam de usar a camisa da Seleção para não serem confundidos com os bolsonaristas raiz, que a transformaram em uniforme político, sequestrando um dos símbolos de nossa identidade nacional. É uma bobagem, talvez seja a hora de mostrar que somos todos brasileiros e temos direito a usá-la, não importam as convicções políticas e religiosas.

NOVO GOVERNO

Petrobras sem intervenção

Cotado para comandar estatal, Prates diz que não haverá medida interventiva na empresa. Grupo técnico defende, porém, a mudança da distribuição de dividendos

» VICTOR CORREIA

A equipe de transição assegurou, ontem, que o futuro governo não será intervencionista em relação à Petrobras e que as mudanças ocorrerão de forma gradual, com diálogo entre os setores envolvidos. O senador Jean Paul Prates (PT-RN), um dos coordenadores do grupo de trabalho de Minas e Energia, criticou as especulações a respeito da empresa.

“Ontem (quarta), por exemplo, vi de novo essa lenga-lenga de que pessoas do governo de transição que estão falando de Petrobras são terraplanistas. Isso, especificamente, me irritou bastante, porque nós estamos tendo todo o cuidado do mundo para assegurar ao mercado que não vai haver medida interventiva, não vai haver pé na porta de ninguém”, declarou Prates, cotado para assumir a estatal na nova gestão.

Desde o início da semana, houve queda de ações da Petrobras, após bancos de investimento, como UBS, Morgan Stanley, Itaú e Bradesco, apontarem incertezas sobre a forma como o governo eleito lidará com empresa. A transição sinaliza com a revisão de várias políticas essenciais da estatal, como a de preço de paridade de importação (PPI) e a distribuição de dividendos. Prates enfatizou, porém, que tudo será feito de forma gradual.

“Não estamos passando essa insegurança em momento nenhum. Passamos três semanas antes da campanha conversando com esses bancos de

Roque de Sá/Agência Senado



Quem define política de preços de qualquer coisa do país, se vai intervir ou não, se vai ser internacional ou não, é o governo”

Jean Paul Prates (PT-RN), senador e um dos coordenadores do grupo de trabalho de Minas e Energia

investimentos, um a um, com mais de 30 pessoas, tranquilizando essas pessoas”, contou o parlamentar. “Quem está especulando com isso está fazendo por sua própria conta e risco. O mercado, às vezes, tem elementos que atuam desse jeito, tentam especular com declarações que a gente não deu”, acrescentou.

Ainda assim, Prates deixou claro que haverá, sim, uma revisão das políticas da empresa. Uma

delas é o PPI, criticado pela base do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva desde a campanha. “Quem define política de preços de qualquer coisa do país, se vai intervir ou não, se vai ser internacional ou não, é o governo. O que está errado, e nós temos que desfazer de uma vez por todas, é dizer que é a Petrobras que define a política de preços dos combustíveis. Não vai ser assim. Não pode ser assim”, frisou o senador.

Memória

O governo Jair Bolsonaro zerou os impostos federais sobre os combustíveis até 31 de dezembro. Embora o projeto de lei orçamentária anual de 2023 considere a continuidade da desoneração, essa extensão para o próximo ano depende de um novo decreto. O futuro governo ainda não confirmou se vai manter a renúncia fiscal, de R\$ 52,9 bilhões.

O novo governo, segundo ele, vai definir a política geral de preços dos combustíveis do país, se haverá colchões de amortecimento, preço de referência ou conta de estabilização. O grupo técnico também defende a mudança da distribuição de dividendos da Petrobras. Atualmente, todo o lucro da empresa é repassado aos acionistas, incluindo o governo federal. A transição argumenta que a porcentagem é alta demais em relação a outras empresas do ramo e que é preciso reservar parte dos lucros para investimentos.

Para hoje, está marcada a primeira reunião entre a equipe da transição e o presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, para tratar do fluxo de informações entre a estatal e a transição. “Tem algumas coisas que a gente quer entender como é o procedimento, se é por meio do Ministério (de Minas e Energia)”, adiantou Prates sobre o encontro.

NÃO DEIXE A PARALISIA INFANTIL VOLTAR.

Vá até a Unidade de Saúde mais próxima. São só duas gotinhas.



Dra. Maria Júlia Spina
Médica da Família
CRM_DF 18.603

Todas as crianças menores de 5 anos que ainda não foram vacinadas contra a pólio devem vacinar.

SUS  Secretaria de Saúde

 GDF